

FONTES HISTÓRICAS PARA O ESTUDO DA IMIGRAÇÃO*

Marieta de Moraes Ferreira

A produção bibliográfica relativa à imigração estrangeira para o Brasil durante o século XIX tem sido objeto de atenção por parte de diferentes especialistas, o que resulta na existência de uma gama diferenciada de trabalhos privilegiando enfoques distintos.

Uma temática que até então tem recebido um tratamento secundário é a análise do potencial das fontes históricas disponíveis, suas possibilidades, distorções e dificuldades que seu uso pode acarretar. Tomando por base esse ponto de partida elegemos como proposta para este trabalho a análise do uso de diferentes fontes para o estudo da imigração.

A diversidade de fontes existentes para acompanhar a trajetória de grupos de imigrantes chegados ao país no século XIX é bastante significativa, tais como: publicações oficiais (relatórios de ministérios, atas das câmaras municipais etc.), obras de cronistas estrangeiros, documentação paroquial e cartorial, arquivos privados pessoais, arquivos fotográficos e depoimentos orais de descendentes dos imigrantes etc. Selecionamos como objeto de análise três tipos de material: os arquivos paroquiais (certidões de batismo, casamentos e óbitos); documentação cartorial (inventários, testamentos e escrituras) e depoimentos orais.

A idéia básica é, tomando como referência a imigração suíça para Nova Friburgo (RJ), no começo do século XIX, analisar as informações contidas nessas fontes e apontar suas possibilidades de uso e limitações. Constitui também objeto do nosso interesse, a comparação entre fontes escritas e depoimentos orais, com vistas a captar suas possíveis contradições e pontos de convergência.

* Trabalho apresentado no XXIV Encontro Anual da ANPOCS, no GT Migrações Internacionais, Sessão Temática "Perspectivas Teórico-Metodológicas", Petrópolis, 23-27 out de 2000.

¹ Doutora em História Social; professora do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro-IFCS/UFRJ; pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas-CPDOC/FGV.

As fontes paroquiais e cartoriais

Considerando que a documentação direta sobre o processo de imigração nem sempre está disponível e que o acompanhamento da trajetória de vida dos imigrantes e seus descendentes é uma empreitada difícil e trabalhosa de ser acompanhada, discutir alguns caminhos para mapear esse processo pode trazer resultados interessantes através do uso de fontes paroquiais e cartoriais.

Até a proclamação da República, em 1889, quando foi efetivada a separação entre a Igreja e o Estado, não havia sido instituído no Brasil o registro civil. A consequência direta dessa situação era que atos relevantes da vida dos indivíduos, como nascimento, casamento e morte, ficavam a cargo das paróquias e eram registrados pelos párocos locais em livros de registro específicos. Como em geral grande parte dessa documentação ficou preservada, os livros de registro de batismo, casamento e óbito oferecem material abundante para análise. Em cada um desses tipos de registro pode-se localizar o nome do indivíduo, dos pais, local de nascimento dos mesmos, residência, profissão, nome dos padrinhos e data do registro. No caso específico de casamento, pode-se obter a profissão e o local de residência dos noivos e padrinhos. Nos registros de morte são fornecidos a idade e a causa da morte, bem como os dados anteriores já mencionados e, dependendo da paróquia ou do momento, pode haver maior ou menor número de informações. Os dados apresentados nesses tipos de registro abrem várias possibilidades de pesquisa. Uma primeira linha de análise pode ser direcionada para a quantificação, e neste caso podem ser levantados todos os registros dos imigrantes ali encontrados, dentro de um determinado corte temporal, e podem ser obtidos os índices de natalidade, mortalidade, idade média de casamento, número de filhos etc.

O caminho que mais me interessa destacar é o acompanhamento de trajetórias pessoais e familiares, com vistas a obter informações que permitam a reconstrução das atividades econômicas, redes de relações sociais, estratégias matrimoniais, gerações, descendências e genealogias.

Esses dados ganham maior riqueza se forem cruzados com documentos cartoriais (escrituras, procurações, inventários, testamentos). Como a preservação dessas fontes para o século XIX em geral é bem mais precária e nem sempre os livros de registro por nomes dos indivíduos (tombos) são acessíveis, o cruzamento de nomes e

datas obtidos nos registros paroquiais serve como guia e referência para a localização dos documentos nos cartórios.

Esse conjunto de documentos acima mencionado nos permite recuperar trajetórias de imigrantes e de seus descendentes por inúmeras gerações, de maneira a detectar movimentos de ascensão e declínio econômico, diversificação de atividades, redes de relação, estratégias de acumulação, relações de parentesco. Todos esses elementos por sua vez possibilitam traçar perfis interessantes desses imigrantes e o significado de sua presença na sociedade brasileira.

Esse quadro pode ser ainda mais enriquecido se lançarmos mão da coleta de depoimentos orais, através da metodologia de história oral, de antigos imigrantes ou, em determinados casos, de seus descendentes.

A realização de entrevistas permite tanto produzir um conjunto de relatos de histórias de vida, quanto recuperar uma memória oral passada de geração em geração. Em ambos os casos, trata-se de estratégias de pesquisa interessantes.

No primeiro caso, busca-se registrar as experiências daqueles atores envolvidos diretamente nos episódios narrados, ou seja, os depoentes contam as suas histórias pessoais. Este tipo de depoimento fornece informações que preenchem lacunas deixadas pelas fontes escritas. É especialmente útil para a recuperação da trajetória dos excluídos, cujas fontes são especialmente precárias. Uma preocupação que deve estar presente no uso deste tipo de enfoque é garantir o máximo de veracidade e de objetividade aos depoimentos orais produzidos. Os instrumentos para se atingir tais objetivos são a formulação de roteiros de entrevistas consistentes, de maneira a controlar o depoimento, bem como o trabalho com outras fontes, de forma a reunir elementos para realizar a contraprova e excluir as distorções. Com base nesses procedimentos, erigem-se argumentos em defesa da história oral como uma metodologia capaz de apresentar relatos que possuem instrumentos para controlar os enganos e distorções do depoente.

No segundo caso, os entrevistados centram seus depoimentos não na sua trajetória pessoal, mas numa memória oral narrada através de diferentes gerações. Pode-se argumentar sobre o valor deste tipo de informação uma vez que a memória é seletiva e se mantém em constante processo de atualização, o que ocasiona nesse caso distorções, esquecimento, silêncios. A resposta para essas questões está em

privilegiar o estudo das representações e atribuir um papel central às relações entre memória e história, buscando realizar uma discussão mais refinada dos usos políticos do passado. Nesta vertente a subjetividade e as deformações do depoimento oral não são vistas como elementos negativos. Conseqüentemente, a elaboração dos roteiros e a realização das entrevistas não estão essencialmente voltadas para a checagem das informações e a apresentação de elementos que possam se constituir em contraprova, de maneira a confirmar ou contestar os depoimentos obtidos. As distorções da memória podem se revelar mais um recurso do que um problema, já que a veracidade dos depoimentos não é a preocupação central.

Com essa perspectiva, pode-se perceber e analisar os elementos de permanência nessas memórias de famílias, ou de grupos de imigrantes, e os aspectos que foram relegados ou esquecidos e quais os seus sentidos.

Pode-se igualmente perceber quais foram os guardiões da memória, ou seja, aqueles que encarnavam o papel de receptores e preservadores das lembranças do passado, e quais os mecanismos empregados para selecionar o que seria guardado. Nesse processo de decomposição das diferentes camadas da memória através da geração de descendentes de imigrantes, pode-se detectar os conflitos entre as memórias que ficaram subterrâneas, mas, dependendo da conjuntura, podem submergir.

Essas considerações de ordem geral sobre as possibilidades de uso dessas fontes foram aferidas a partir de um estudo sobre a imigração suíça em Nova Friburgo, tomando como referência um estudo de caso familiar, a trajetória de Marianne Joset Salusse e seus descendentes.

O objetivo básico era questionar a idéia corrente entre alguns autores que se dedicam ao tema de que a imigração suíça não teve relevância expressiva para a formação da identidade da cidade de Nova Friburgo, uma vez que os colonos suíços ou deixaram a região ou se caipirizaram, perdendo todos os seus traços culturais de origem, transformando-se em trabalhadores pobres iguais a todos os demais na época.

■ ■ ■

Em julho de 1819, Marianne Joset, então com 13 anos de idade, deixou uma pequena localidade na Suíça com menos de 500 habitantes, juntamente com seu pai, Joseph Joset, sua mãe, Marie Françoise Bandelier, e seu irmão Joseph, e iniciou uma longa jornada até o porto do Rio de Janeiro. A família Joset integrava um grupo de aproximadamente dois mil suíços que, naquele ano, premido pela crise econômica que assolava sua terra natal, decidiu tentar a vida em um país distante. O Brasil, que desde 1808 acolhera a Corte portuguesa em fuga diante da investida napoleônica, era então a sede do Reino Unido de Brasil, Portugal e Algarves. O objetivo do rei, D. João VI, ao financiar a vinda dos suíços, era criar perto da Corte uma colônia produtora de gêneros alimentícios. A imigração européia financiada – algo até então inédito - seria um experimento na utilização de mão-de-obra livre numa época em que o tráfico negreiro já era questionado internacionalmente.

Pouco depois seria fundada a Vila de Nova Friburgo onde Marianne, passadas as dificuldades iniciais, não só conseguiria ascender socialmente constituindo uma família, sobre a qual tinha significativo controle, como também se tornaria uma figura relevante da sociedade local.

1. A memória familiar ou a saga da "Grand Maman"

A história de Marianne é contada por seus descendentes como uma saga na qual se destacam determinados elementos e se obliteram outros tantos. Importa, então, nos perguntarmos sobre a forma pela qual se expressa ou essa seletividade na construção de uma memória familiar que iria integrar também a memória da cidade, já que Marianne passou a figurar como o modelo da imigrante suíça. Cabe nos perguntarmos quais foram os elementos enfatizados, o que foi silenciado e por quê.

Os descendentes de Marianne, chamada de "Grand Maman", a elegeram como a figura central da família, devido, sobretudo, à sua capacidade de trabalho. O depoimento de Beatriz Veiga é um exemplo : "*Marianne Salusse foi um baluarte da família. E todos a consideravam assim. A força da Grand-Maman era muito grande*". Ou ainda, de acordo com Walter Neves: "*Desde a fundação de Friburgo ela foi uma figura marcante.*"

A saga contada pelos descendentes inicia-se com grande dramaticidade: a perda trágica dos pais e do irmão durante a viagem e a chegada como órfã, completamente só, a uma terra estranha. No entanto, a localização no Centro de Memória da

Prefeitura de Nova Friburgo, de registros datados de 1827, nos deu acesso à informação de que Joseph Joset, pai de Marianne, não havia falecido durante a viagem. Isso não implica negarmos as dificuldades vividas na penosa viagem de navio, nem muito menos a perda de sua mãe e do irmão, que não sabemos precisar se teriam falecido durante a viagem ou já em terra firme. De toda forma, percebemos um aspecto da história de Marianne que foi especialmente valorizado, ou seja, sua condição de órfã em um país distante. A presença do pai, com certeza pelo menos nos sete primeiros anos, foi totalmente silenciada, reforçando assim a imagem de Marianne como uma jovem de muita coragem.

Seguindo a trilha da narrativa familiar, esbarramos logo em seguida em outro silêncio a respeito de um momento crucial da trajetória de Marianne, o seu casamento. Na memória familiar, de modo geral, os casamentos, o nascimento de um novo membro ou o falecimento de um parente representam rupturas na narrativa, marcos simbólicos significativos, equivalentes, na História das Sociedades, a episódios como as guerras, por exemplo (Fausto, 1997). Descobrimos que quando, em 1830, foi celebrado o casamento de Marianne Joset e Guillaume Salusse, na Igreja de Nova Friburgo na mesma ocasião foi feito o registro de batismo dos dois primeiros filhos do casal, Josephina e Pedro Eduardo. Este "*não-dito*" nos depoimentos dos descendentes enfatiza um outro aspecto valorizado pelo núcleo familiar, ou seja, as regras tradicionais sociais e católicas. A imagem de Marianne não deveria de modo algum estar associada ao descumprimento de uma regra social implícita, segundo a qual os casais só devem de ter filhos após o casamento na Igreja.

Outro ponto no qual os depoimentos divergem da documentação escrita refere-se à origem de um empreendimento comercial responsável pela ascensão social da família: o Hotel Salusse. Segundo a tradição oral familiar o hotel teria sido fundado graças à Marianne que, estando cansada de receber os amigos do marido como hóspedes em sua casa, teria tido a idéia de passar a lhes cobrar diárias. No entanto, verificamos que o hotel de início foi uma hospedaria para doentes que iam para Nova Friburgo em busca de um clima ameno e de uma possível cura.

O inventário de Guillaume Salusse, marido de Marianne, nos forneceu os elementos para acompanhar a construção da fortuna do casal, bem como a história, a descrição física, padrões de gosto e consumo do Hotel Salusse.

Pensamos que a versão familiar procura esconder o início nada glamuroso, de hospedaria para tuberculosos, do Hotel Salusse, que, já na segunda metade do século XIX, seria freqüentado pela elite local e cujo salão, nos meses mais quentes do ano, seria palco de grandes bailes.

Marianne e Guillaume tiveram, durante a década de 1830, mais seis filhos. À medida que a prole foi crescendo e os negócios foram se ampliando, Marianne passou a cuidar do casamento dos filhos. De acordo com seu descendente Sérgio Bittencourt-Sampaio: "*Ela pensou muito bem em com quem casar os filhos. Casou-os em famílias que eram donas de terras, com exceção de um, que casou na Europa.*" As alianças matrimoniais realizadas com o casamento dos filhos propiciaram uma maior ascensão social para a família, cujos membros ocupariam, no início deste século, cargos políticos importantes na cidade. O exemplo mais significativo talvez seja o casamento da primeira filha, Josephina, com José Marques Braga, jovem rico educado na Inglaterra. De acordo com um jornal local, foi com este casamento que "*a primogênita de um casal de jovens e pobres colonos [tornou-se] (...) uma senhora rodeada do conforto e do bem-estar que lhe deviam reservar a fortuna do seu marido*" jornal "A Sentinela", 4 de junho de 1899, Nova Friburgo). A documentação paroquial nos permite acompanhar os casamentos dos filhos de Marianne e a montagem de uma rede de relações através não só da escolha dos noivos, mas, também, dos padrinhos de batismo e casamento.

2. Marianne Joset e a memória da cidade

Os relatos familiares destacam na figura de Marianne sua grande disposição para o trabalho, seu espírito prático e sua persistência, entre outras virtudes tradicionalmente associadas à herança cultural suíça. Isso explica por que Marianne se tornaria representativa desse legado na memória da cidade.

Mas o que se percebe, também, é que esse legado nem sempre teve o mesmo valor. Se, nos primeiros momentos, os imigrantes suíços não se empenharam na preservação da cultura e das tradições de seu país de origem - e a própria história das alianças locais de Marianne demonstra isso - , nas últimas décadas do século já se pode notar elementos esparsos de valorização do passado europeu. Como o demonstra a menção à origem de Josephina na notícia do jornal. Ao mesmo tempo, observa-se a construção de uma representação da cidade de Nova Friburgo como um local propício à restauração da saúde, devido ao seu excelente clima, e também como

um centro de educação e lazer. Essas qualidades, no imaginário das elites brasileiras, eram tradicionalmente associadas à Suíça. Ocorreu assim uma justaposição das representações da Suíça e de Nova Friburgo. Não apenas o grupo étnico dos fundadores, mas também o clima, possibilitam a difusão de uma representação da cidade como a *Suíça Brasileira*. A construção dessa identidade não resultou de uma operação deliberadamente planejada por alguns setores da sociedade, como querem alguns autores contemporâneo, e sim de uma junção de elementos dispersos que foram sendo articulados ao longo dos anos.

Foi nesse contexto que a figura de Marianne ganhou notoriedade em Nova Friburgo. A imprensa, já no final do século passado, destacava sua personalidade. A seguir, os memorialistas trataram de divulgar a imagem de Marianne como a da autêntica suíça, fazendo com que, por exemplo, uma foto familiar deixasse a esfera íntima para se tornar objeto de exposição pública. Hoje, a foto de Marianne, publicada no livro de um memorialista da cidade lançado em 1917 (Valle, 1917), integra uma exposição no Museu do Imigrante na cidade de Nova Friburgo, o que demonstra como sua figura passou a integrar a memória coletiva.

Neste ponto, é interessante notar como a figura de Marianne representa alguns traços de uma identidade étnica que não existe como essência, e sim como algo construído na dinâmica do contato entre culturas diferentes (Oliveira, 1976). Assim como a memória, a identidade dos imigrantes é um campo aberto a negociações e conflitos, em que alguns traços são sublinhados e outros vão sendo esquecidos - ou vão se tornando subterrâneos, nas palavras de Pollack (1989;1992) -, mas não desaparecem. Dessa forma, não se pode dizer, como fazem alguns estudos recentes (Araújo, 1997; Costa, 1999), que a imigração suíça para Nova Friburgo, devido às condições específicas (entre elas a dispersão ocorrida na colônia de imigrantes), não teria deixado marcas na sociedade atual, e que a memória da cidade como uma "Suíça Brasileira" teria sido uma construção deturpadora e não legítima. Esses estudos tem valorizado essencialmente o percurso dos imigrantes suíços e de seus descendentes que estiveram ligados às atividades agrícolas, porém um bom número deles dedicou-se ao comércio e serviços urbanos e Marianne Joset foi um exemplo disso. Ao longo do século XIX Nova Friburgo floresceu graças ao fato de ter se constituído num ponto de passagem obrigatória entre a lavoura de café de Cantagalo e o porto do Rio de Janeiro. A trajetória de Marianne demonstra que, tanto no círculo familiar como na esfera pública, havia conexões que impulsionavam a construção de uma memória que, silenciando determinados aspectos de sua vida, procurava fazer

dessa mulher um símbolo dos valores identitários de uma comunidade, por isso em uma intensa dinâmica de adaptação e preservação.

Referências Bibliográficas

- Araújo, João Raimundo.1992 *Nova Friburgo: o processo de urbanização da Suíça Brasileira*. Niterói: dissertação de mestrado na UFF.
- Costa, Ricardo da Gama Rosa. 1997.Visões do Paraíso Capitalista- Hegemonia e Poder Simbólico na Nova Friburgo da República. Niterói: dissertação de mestrado na UFF.
- Fausto, Boris. 1997 *Negócios e Ócios - Histórias da Imigração*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Oliveira, Roberto Cardoso. 1976. *Identidade, Etnia e estrutura Social*. São Paulo: Pioneira.
- Nicolin, Martin. 1995. *A gênese de Nova Friburgo – Emigração e Colonização suíça no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.
- Pollack, Michael. 1989. "Memória, Esquecimento e Silêncio." *Estudos Históricos*, 2 (3),pp. 3-15.
- Pollack, M.1992. "Memória e Identidade Social" . *Estudos Históricos*, 5 (10) pp. 200-212.
- Valle, Galdino do. 1917. *Lendas e Legendas de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: